

A guerra de mentira: reflexões sobre o poder das armas e das palavras numa cidade amazônica

Lila Bemerguy¹

Resumo

O presente artigo parte de reflexões sobre o arquivo de cinco notícias publicadas em jornais impressos, da cobertura do episódio “Operação Mocorongo”, exercício de adestramento militar realizado em Santarém (PA) e localidades próximas entre 23 de abril e 1º de maio de 1969, durante a ditadura militar no Brasil. Abordamos o contexto do acontecimento, o arquivo como fonte a ser movimentada, a mensagem de poder transmitida pela encenação de guerra, e o modo como se apresentaram as notícias. Associamos as reflexões ao passado de dominação da cidade que fora colonizada em outros tempos e por outros senhores, e que segue recebendo novos donos, permanecendo na teia da colonialidade.

Palavras-chave: Santarém (PA). Arquivo. Notícia.

The War of deception: reflections on the power of weapons and words in an amazon city

Abstract

The present article starts with reflections on the archive of five news articles published in print newspapers, covering the episode "Operation Mocorongo," a military training exercise conducted in Santarém (PA) and nearby locations between April 23 and May 1, 1969, during the military dictatorship in Brazil. We discuss the context of the event, the archive as a source to be explored, the message of power conveyed through the war enactment, and how the news was presented. We associate these reflections with the city's history of domination, which was colonized in the past by different rulers and continues to receive new owners, remaining entangled in coloniality.

Keywords: Santarém (PA). Archive. News.

217

¹ Mestra em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal Oeste do Pará (Ufopa). Fotógrafa. Jornalista da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Pará. E-mail: lilabemerguy@gmail.com.

Introdução

A região do Tapajós, no oeste do Pará, teve dias intensos de batalha entre 23 de abril e 1º de maio de 1969². Tropas desembarcaram de navios, aviões da Força Aérea Brasileira fizeram voos rasantes sobre Santarém (PA) e Belterra (PA). Paraquedistas, tiros nas ruas, bombardeios aéreos e enfim os guerrilheiros foram derrotados pelas forças do governo, aclamados em um grande desfile cívico nas ruas de Santarém, no Dia do Trabalhador, 1º de maio. Tudo parte de uma encenação, divulgada como sendo um treinamento das Forças Armadas Brasileiras, realizado nas cidades de Santarém, Belterra, Aveiro, Jacareacanga e Itaituba, todas no Pará. Santarém era a sede das tropas legalistas, e as manobras militares, batizadas de Operação Mocorongo, simularam a invasão da cidade por guerrilheiros que teriam a intenção de instalar uma zona livre na área. O Exército identificou a operação como um “exercício de adestramento no combate a insurrecionais” (*Folha do Norte*, 1º de maio de 1969) para testar a capacidade das Forças Armadas na Amazônia, especialmente nas manobras de guerra na selva.

Os jornais impressos da região noticiaram os acontecimentos da operação com uma característica singular: as manchetes e textos também entraram na atmosfera de guerra, como se verdade fosse. Um viajante desavisado que chegasse na região naqueles dias e pousasse os olhos no jornal, talvez ficasse assustado com a manchete “A qualquer momento, a vitória final sobre as guerrilhas” (*Folha do Norte*, 24 de abril de 1969). O material pesquisado, originais dos jornais impressos da época, fazem parte do arquivo *Balaio Santareno*³, montado por meu pai, Emir Bemerguy, e que foi objeto da minha pesquisa e dissertação de mestrado⁴.

Minhas reflexões trazem esse acontecimento como uma demonstração de poder das forças militares, que a partir daquele ano ficariam à frente da administração municipal, seja com um militar assumindo o governo, ou nomeando interventores civis. De modo a situar o momento histórico até a operação, pontuamos alguns fatos políticos para contextualizar a ação militar. Santarém já se destacava, na década de 1950, como a segunda cidade do Pará, de acordo com Pinto (2011, p. 71). Em 1966, Elias Ribeiro Pinto,

² Informações dos Jornais *O Liberal* e *Folha do Norte*, entre os dias 24 de abril e 1º maio de 1969, arquivo Balaio Santareno, pasta 12. As demais matérias de jornal citadas também estão no arquivo.

³ Arquivo montado por Emir Bemerguy, contendo material diverso sobre a Amazônia e Santarém.

⁴ Defendida em 4 de novembro de 2023, orientada pelo professor doutor Miguel Aparicio Suarez, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

candidato do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), venceu o então deputado federal Ubaldo Correa, da Arena, apoiado pelo coronel Jarbas Passarinho. Elias assumiu a prefeitura, deslocando “a elite local das decisões”, como afirma o autor, que considera esse um dos períodos mais “críticos e polêmicos de toda a história santarena” (*ibid.*).

Meses depois de assumir, em 1967, o prefeito eleito Elias Pinto foi afastado pela Câmara Municipal, composta por maioria de opositoristas, sob acusações de improbidade. Assumiu seu lugar, Elinaldo Barbosa dos Santos. Quase um ano depois, conta Pinto (2011), Elias conseguiu uma ordem judicial para retornar ao cargo. Porém, ao tentar reassumir, no dia 20 de setembro de 1968, foi impedido por tropa da Polícia Militar com quase 150 homens vindos de Belém, que ocuparam a prefeitura. Elias tinha o apoio do brigadeiro e deputado federal Haroldo Veloso, que embora fosse da Arena, era inimigo político do então governador Alacid Nunes. Uma multidão com cerca de 5 mil pessoas seguiu para a sede da prefeitura e foi recebida à bala pela polícia. Três pessoas morreram e cinco ficaram feridas, inclusive Veloso. A reintegração de Elias foi revogada e ele foi definitivamente afastado (*ibid.*).

No dia 15 de fevereiro de 1969 outra tragédia policiaisca marcou a história da política santarena. Elinaldo Barbosa foi assassinado no seu próprio gabinete pelo servidor municipal Severino Frazão, morto na sequência pela polícia. Logo um interventor foi nomeado para assumir a prefeitura, sendo o primeiro o capitão Elmano Melo (*Folha do Norte*, 11 de abril de 1969). Seis meses depois do assassinato, os ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica, no exercício da presidência da República, incluíram Santarém como município de interesse da segurança nacional, e somente em 1985 haveria novamente eleição para escolha do prefeito.

Nesse contexto, os militares promoveram em 1969 a *Operação Mocarongo*, batizada com a palavra que identifica os santarenos, como um treinamento militar organizado e encenado como um teatro armado da “invasão de Santarém”. Uma necessária ação política de afirmação de força e poder, após as tragédias e confrontos anteriores. Os rebeldes eram representados por figurantes e militares identificados pela vestimenta diferente, que foram derrotados na então vila de Belterra, após intensos dias de combate, quando pretendiam fugir em direção a Alter do Chão. Houve interceptação de aviões de subversivos pela Força Aérea Brasileira, que entregavam panfletos incitando as tropas ao motim. Bombardeios, metralhadoras e armamentos de guerra foram utilizados, com direito a um figurante ferido “de verdade”, acidentalmente, com um tiro de bala de

festim. Embora sem gravidade, serviu para treinar o esquema de evacuação de feridos. O acidente foi às 8 horas da manhã, e três horas depois o jovem de 18 anos já estava no hospital militar, em Belém.

As manobras terminaram com o desfile das tropas na orla de Santarém (PA), com equipamentos e armamentos, e de escolas que homenageavam os militares no desfile, com a presença do governador do Pará, Alacid Nunes. A Ordem do Dia, lida pelo general Octavio Jordão Ramos, comandante militar da Amazônia, publicada na edição do dia 4 de maio do Jornal *O Liberal*, destacava que nenhum cenário seria mais significativo, por sua beleza natural, para servir de palco às tropas e para a prática da arte militar. A Operação Mocarongo foi elogiada nos jornais, como exemplo de demonstração de força bélica do exército brasileiro, e teve o apoio da população ajudando as tropas do governo e combatendo os “rebeldes”.

Destacamos neste artigo a cobertura da imprensa que festeja a guerra de mentira e enaltece as forças militares, corroborando com o passado de dominação da cidade, colonizada por portugueses, que aportaram na vila dos Tapajó em 1641, quando começa a história oficial de sua formação urbana, embora a de seus habitantes primeiros comece bem antes. Harris (2015) aponta um território ameríndio conhecido pelos forasteiros como o “mato”, na região dos rios Madeira e Tapajós no final do século XVII. De acordo com o autor, antes desse período, que coincide com a chegada dos portugueses, as escavações trouxeram evidências da presença de sociedades multiétnicas na região por volta do século V, florescendo nos séculos XVI e XVII.

A história da cidade segue o ritmo das colonizações portuguesas, com a doutrinação jesuíta e transformações urbanas que resultaram em uma cidade atualmente com 350 mil habitantes, a segunda maior do Pará. Sua posição estratégica, facilitada pela navegabilidade dos rios Tapajós e Amazonas, fizeram com que a cidade, na época em que o governo militar tinha como uma de suas batalhas a ocupação da Amazônia, fosse alvo desses colonizadores beligerantes, que aqui empreenderam grandes obras, como a construção da Rodovia Santarém-Cuiabá e a hidroelétrica de Curuá-Una. A Operação Mocarongo, do modo como foi descrita nos jornais, é a imagem desse domínio militar que ali começara e perduraria até o final do período de intervenção.

O objetivo é situar os elementos do arquivo jornalístico da Operação Mocarongo como um ponto de partida para consolidação do poder militar, sendo o jornalismo praticado para afirmá-lo e fornecer aos leitores a certeza da presença de heróis nacionais,

que como tais deveriam ser respeitados e homenageados. As narrativas do arquivo serão associadas aos acontecimentos a partir de autores que tratam da construção da notícia e do discurso jornalístico. Desmontar o arquivo para interpretar seus sintomas e compreendê-lo de acordo com o contexto de onde ele surgiu e que o torna, desse modo, legível, como ensina Didi Huberman (2018, p. 123), é o que propomos.

O movimento colonizador, iniciado séculos antes, tem neste 'ato cinematográfico' a sua reafirmação sob outro comando, que mereceu destacada cobertura jornalística, com acontecimentos fantasiados de heroísmo. Palavras de poder, armas à mostra, guerrilheiros derrotados e uma festa cívica sob o sol da Amazônia. A grandiosidade da encenação que agitou a região foi devidamente valorizada como notícia, tudo descrito e fotografado do ponto de vista do vencedor, para não deixar dúvidas ao presente ali registrado e ao futuro que ora chega e nos exige um olhar crítico sobre seus elementos, sob pena de continuarmos a aceitar com festa a chegada de novos donos.

Movimentar o arquivo e descobrir o passado

Na imersão ao arquivo Balaio Santareno, algumas séries de textos me chamaram atenção pela sua singularidade. São seis recortes, alguns de página inteira, dos jornais impressos *O Liberal* e *Folha do Norte*⁵. Foram dez dias de ação da operação, entre 23 de abril e 1º de maio de 1969, e as notícias cobrem desde a preparação até o encerramento com um desfile militar.

⁵ *O Liberal* foi fundado em 1946 como órgão de comunicação do Partido Social Democrático, pelo major Luiz Geolás de Moura Carvalho e outros, chefiados pelo coronel Joaquim Cardoso de Magalhães Barata. Em 1966, foi comprado pelo jornalista e empresário Rômulo Maiorana. Nesse ano, capas trouxeram anúncios com pedidos de votos para o coronel Jarbas Passarinho, candidato ao Senado Federal pela Aliança Renovadora Nacional- Arena. (SEIXAS; CASTRO, 2014). *A Folha do Norte* foi fundada em 1896 por Enéas Martins e Cipriano Santos, apresentando-se como "independente, noticioso e literário". O jornal defendia o Partido Republicano Federal. Em 1914, foi vendida para Cipriano Santos, e em 1973, para Rômulo Maiorana, fechando em 1974 (BRÍGIDA; SEIXAS, 2014).



Figura 1: Arquivo Balaio Santareno, reprodução da autora (2023)

Arquivos são objetos de memória, porém permanecem mortos e presos ao passado se não forem desmontados e colocados em movimento, conforme defende Didi-Huberman (2018). O arquivo começa a “viver” nas mãos do pesquisador somente a partir do momento em que este elege uma singularidade e segue para interpretar seus sintomas e compreendê-lo de acordo com o contexto de onde ele surgiu e que o torna, desse modo, legível (*ibid.*, p. 123). Ao elege as singularidades que deram vida ao arquivo, deparei-me com a Operação Macorongo, cujo acontecimento se deu somente dois anos antes do meu nascimento na mesma cidade. Foi assustador e ao mesmo tempo fantástico, pois imaginei tudo como um filme, algo crível porque estava ali escrito. Como jornalista e fotógrafa, constatar o modo como estão construídos os textos foi quase como ler um roteiro, tal a narrativa imagética que trazem. O mesmo autor nos lembra que há uma “rede de relações” por trás de acontecimentos factuais, uma extensão que exige ao observador múltiplos pontos de vista (*ibid.*).

Os arquivos que trazem os acontecimentos da operação militar foram produzidos de um ponto de vista: o do vencedor. E resta-nos identificar nas entrelinhas o discurso construído sobre essas bases, o que conseguimos fazê-lo no agora, trazendo-os do passado ao presente não somente como uma recordação, como ensina Benjamin (2020), mas como uma faísca, um clarão. E a visão fornecida pelo arquivo mostra os vencedores, os heróis militares que debelaram um movimento rebelde, e estabeleceram suas bases na cidade, tal qual fizeram antes os portugueses em seu projeto civilizatório com os habitantes primitivos. Nos episódios da encenação de guerra as personagens principais são as forças militares, que podem ser considerados, de acordo com o pensamento benjaminiano, “herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores” (BENJAMIN, 2020, p. 12).

E quando nos referimos a um arquivo que contém imagens e textos preservados, como os do Balaio Santareno, não podemos esquecer que poderiam ter sido destruídos ou deixados de fora. Embora todo arquivo nos entregue não mais do que alguns vestígios, devido a sua natureza lacunar (DIDI-HUBERMAN, 2012), este possui cinzas ao seu redor, e o trabalho a ser feito é buscar traços de sobrevivências que podem nos ajudar a compreender a nossa própria história, mesmo tanto tempo depois. Acessar as informações do arquivo nos leva a um jogo entre memória e esquecimento, conforme diz Gondar (2000), para quem a segregação está envolvida no processo do pensar, sendo o esquecimento também necessário para a evocação de lembranças e a constituição da memória. Das escolhas, surge um confronto de forças, e a memória é, portanto, um instrumento de poder (*ibid.*, p. 37). O que fica, o que não é tornado cinzas, nos fornece vestígios e rastros que aqui seguimos, e nos levam a associar os acontecimentos da Operação Mocarongo como um fragmento de nossa própria história, como habitantes deste espaço, aos quais cabe conviver com as consequências políticas e sociais advindas de outros tempos. O arquivo se movimenta em direção ao presente tanto para rememorar esses fatos, como para que deles não esqueçamos, ao ponto de nos deixar levar por ações de caráter colonizador, pois, conforme Souza (2019), apenas uma interpretação do passado que leva à reconstrução do ponto de partida da realidade atualmente vivenciada, tem o poder de convencimento.

A colonialidade, de acordo com Castro (2018), permanece no imaginário das pessoas que passaram ou receberam suas influências, pois reflete um processo de colonização que promoveu “uma apropriação dos mundos diversos — de saberes sobre

si, sobre a natureza, outro modo de relação com o tempo e o espaço da natureza — existentes para impor a eles um pertencimento ao mundo capitalista e à modernidade” (CASTRO, 2018, p. 30). As manobras da operação Mococongo, lançada em uma cidade cuja população ainda se recuperava da tragédia do assassinato do seu gestor, foram sem dúvida organizadas e tramadas para causar impacto suficiente que autorizava os militares a apropriar-se do papel de salvadores que iriam impor a paz política.

E entender o movimento da mídia associada aos acontecimentos os quais desejamos descobrir — ver o que há por baixo, a partir dos sentidos construídos por tais fatos, é um importante passo para o convencimento dos que vieram depois a tomar para si a tarefa de se desvencilhar das armadilhas dos salvadores da Amazônia. Souza (2019) afirma que não há como compreender a história contemporânea brasileira sem analisar a função da mídia e da imprensa conservadora, que aprofunda a dominação das elites de poder sobre a população, substituindo ações violentas por outras como modo de “colonização das consciências” (SOUZA, 2019, p. 226). A operação Mococongo, da forma como foi colocada em notícias, o que abordaremos a seguir, teve como finalidade reafirmar o discurso de poder e de apresentar personagens como salvadores, heróis, que chegaram à região com seu poderio de guerra para fazer o bem e combater o mal. Uma das notícias enfatiza que a população aguardava com ansiedade as manobras, pois assim teria a oportunidade de assistir a uma “guerra de adestramento” e um grande desfile militar (*O Liberal*, 24 de abril de 1969). O início, de acordo com a mesma matéria, se deu com o desembarque das tropas vindas de Manaus (AM) e salto de paraquedas de homens do Exército e Aeronáutica, que são ações de forte impacto visual e que por certo impressionaram a plateia. A população acompanhou de perto as ações, nas ruas e nos campos, conforme descrição da *Folha do Norte* e ficaram “extasiados com os voos rasantes dos aviões em ataque” (*Folha do Norte*, 24 de abril de 1969).

A execução de ações militares na região não era uma iniciativa somente de demonstração de poder, mas também de ocupação de território. De acordo com Margarit (2013), a Amazônia, considerada como área isolada no território nacional, foi objeto de projetos de colonização intensificados com a chegada dos militares no poder, entre 1964 e 1985, sendo lançado em 1970 o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como slogan “integrar para não entregar”. Demonstrar força era, portanto, necessário aos projetos de dominação da região. A “Ordem do dia”, lida ao final das manobras pelo general Rodrigo Octavio Jordão Ramos, destacava o cenário: “às margens do Rio Mar, o

Rei dos Rios, este majestoso Amazonas e sob este céu azul, tendo por fundo a floresta tropical que se espraia por quase seis milhões de Km²...” (*O Liberal*, 4 de maio de 1969). E continua destacando a beleza natural da região para ao final convocar: “de pé, cidadãos, curvai-vos. É a Pátria que passa. Viva a Pátria”, em não disfarçado chamado para o acatamento às ordens.

Para Malheiro *et al.* (2021), a identificação da Amazônia como um espaço vazio e atrasado é fruto da colonidade impregnada pelo capitalismo, que mesmo com a diversidade de conhecimentos e saberes praticados e pensados pelas populações tradicionais, transforma e a representa como local de natureza inóspita a ser dominada “ou ainda como região do futuro que, por ser promessa, não tem presente; o futuro nesse sentido se apresenta como ameaça, por atualizar a colonialidade que sempre marcou o território” (MALHEIRO *et al.*, 2015, p. 15). Não foi à toa que o objetivo da operação divulgado pelos militares era “alijar guerrilheiros insurretos que pretendiam instalar uma zona liberada naquela área” (*O Liberal*, 30 de abril de 1969) e que foram massacrados, com as tropas “derrotando esmagadoramente os inimigos em todos os terrenos em Santarém e no vale do Tapajós” (*Folha do Norte*, 1º de maio de 1969). Derrotar guerrilheiros que se opõem ao poder dominante e subjugar rebeldes é manter vivo o espírito colonizador, que tal como um fantasma retorna do passado, permanece e deixa um recado para o futuro.

No cerne da operação Mocoarongo, que combateu guerrilheiros amotinados contra o poder dominante, e contou com a cumplicidade da mídia e da população que assistiu àquela encenação cuja produção foi arranjada para caracterizar uma guerra de verdade, percebemos a expressão de soberania, conforme Mbembe (2018), de um grupo que detém o poder de ditar quem vive e quem morre. O autor utiliza o conceito de biopoder, de Michael Foucault, pelo qual a soberania é exercida no poder sobre a vida, sobre os corpos. E a guerra, prossegue, “é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar” (MBEMBE, 2018, p. 17). Encenar uma guerra com a “impressão máxima da realidade”, conforme a matéria de *O Liberal* (24 de abril de 1969), implicou até em um rapaz de 18 anos que foi ferido com munição de festim, que pela explosão próxima ao corpo, causou ferimentos no tórax. Mesmo acidental, o episódio expressou a violência possível e autorizada dos que detinham armas e munições.

A operação Mocoarongo, situada no tempo e lugar tal qual se deu, foi um teatro organizado e pensado pelas mentes dos que à época tinham por objetivo enviar uma

mensagem de poder. A “invasão de Santarém” por rebeldes virou ao avesso um lugar bem antes invadido pelos colonizadores portugueses, e que naquele momento conheceu novos senhores com discurso de benfeitores. Ao movimentar esse arquivo, escavamos mais um pouco do que nos forjou como sociedade. Falamos até aqui do poder das armas, mas foi pelas palavras que essas histórias permaneceram vivas.

De como e por que soubemos dessa guerra

Embora tenha vivido em Santarém a maior parte da existência, não ouvi e nem tive acesso aos acontecimentos da operação Mocorongo por outra via que não fosse as notícias que estão no arquivo Balaio Santareno. A formação como jornalista despertou meu interesse e associou-se ao espanto de saber dos detalhes ali descritos, com a mistura entre realidade e ficção na construção dos textos. Por isso essa parte do arquivo era, igualmente as imagens fotográficas, a primeira coisa que mostrava às pessoas com quem pude compartilhar os volumes. E a reação era também de espanto, com expressões tipo “mas isso daria um filme!”. Não fossem as notícias, esse fato não existiria para mim e nem faria parte do repertório de memórias do passado da cidade. Para Karam (2004), o jornalismo contribui com a memória social com sua forma peculiar de construção da realidade, selecionando os acontecimentos que podem interessar ao público e os registrando com linguagem própria. Mediadas pelo olhar do profissional, continua o autor, tomamos conhecimento de guerras, conflitos, calamidades, dramas urbanos e fatos do cotidiano de determinado tempo e espaço. “O passado é aquele lugar para o qual o pensamento dos grupos atuais já não mais se estende. É o lugar aonde é preciso ir em busca de informações” (KARAM, 2004, p. 33).

Traquina (2005) aborda a dificuldade em definir o que é jornalismo e que são as notícias, sua matéria-prima. A vida em todas as suas dimensões, dividida nas seções dos jornais, sendo as notícias tudo o que é importante ou interessante, é só o início de uma conversa longa e complexa que o autor desenvolve, para compreender por que as notícias são como são, a partir de pesquisas que apontam diversas teorias ao longo do tempo (*ibid.*). Pena (2008), por sua vez, destaca que revelar o modo como as notícias são produzidas é a chave para compreender seu significado. Devemos considerar ainda o suporte — nesse caso jornais impressos, que têm suas peculiaridades. Para Lage (2004), a linguagem do impresso transcende o idioma no qual estão escritas as matérias, pois há

o projeto gráfico, a disposição das fotografias, manchetes, títulos e tudo mais que, visualmente, dá forma ao veículo, “numa estrutura de encaixes sucessivos, como as bonequinhas *berioska* do folclore russo” (LAGE, 2004, p. 6). O leitor que percebe todas essas estruturas em conjunto deve ser atraído, entender o que aconteceu e ter condições de formar juízos sobre o assunto.

E os jornalistas, por sua vez, decidem o que é ou não notícia, valendo-se de critérios próprios para essa decisão, que determinam o grau de noticiabilidade de determinado acontecimento. Valores como interesse, pessoas envolvidas, atualidade, novidade, proximidade, excepcionalidade do feito e outros, conforme Pena (2008, p. 72), identificáveis nos eventos da operação Mocorongo. Quanto ao modo de produção e como se apresenta ao leitor, percebe-se nas matérias a reprodução de textos institucionais, como o discurso completo da “Ordem do Dia” ao fim das manobras, não há entrevistados ou opiniões da população, e linguagem rebuscada em alguns parágrafos.

Neste artigo destacamos a singularidade de um acontecimento que virou notícia no ano de 1969, numa cidade amazônica. Não havia, obviamente, como ter sido diferente, diante do que apresentava. Militares das três forças com suas tropas, navios, aviões da Força Aérea Brasileira, movimentos de guerra, invasão da cidade por guerrilheiros, perseguição e combates acontecendo aos olhos dos moradores durante dias seguidos, com certeza renderiam cobertura dos veículos da época. Não podemos esquecer que em 1969 estava em curso a ditadura militar no país, no governo Médici. E a propaganda foi uma de suas estratégias para divulgar orgulho e grandeza nacional, de acordo com Schwarcz e Starling (2021). O objetivo também era celebrar a integração nacional que incluía a ocupação da Amazônia. Nas entrelinhas dos textos que cobriram a operação Mocorongo está o controle sobre o que ali deveria estar escrito e mostrado.

O que nos chama atenção, além do próprio acontecimento, foi o modo como aqueles fatos foram noticiados. Duas das cinco notícias, especialmente, se fossem lidas de forma isolada, trataram o treinamento como se de fato houvesse uma guerra sendo travada: “Tropas legalistas derrotam os últimos guerrilheiros” foi a manchete da *Folha do Norte* de 1º de maio de 1969. E “A qualquer momento a vitória final sobre as guerrilhas” foi a manchete do mesmo jornal no dia 29 de abril. Vejamos um trecho da primeira notícia, e outros que relatam ações que aconteceram no decorrer dos dias da Operação Mocorongo: “A FAB, que foi um dos expoentes da grande vitória, bombardeou o centro de Belterra, onde se encontrava o PC dos guerrilheiros. Paralelamente, aviões B-26 entraram

em ação, metralhando em voos rasantes e desconcertantes...” (*Folha do Norte*”, 1º de maio de 1969). Outro trecho da mesma notícia descreve que “os guerrilheiros cercados por todos os lados e fortemente atacados, renderam-se incondicionalmente à vista do povo”. Um trecho da outra notícia conta que “a FAB aprisionou um avião dos subversivos quando distribuía panfletos concitando as tropas a trair seus comandantes...”. Esse detalhe, particularmente, é um dos que me deixa abismada pela capacidade de trama ou drama. Os militares produziram e imprimiram panfletos com linguagem subversiva contra si próprios para usar como exemplo do que não se deve fazer. Todos esses fatos aconteceram realmente na operação, porém dentro de uma narrativa criada para fazer parecer uma guerra de verdade.



Figura 2: Arquivo Balaio Santareno, reprodução da autora (2023)

Esse modo de registrar o acontecimento pode se enquadrar em um dos três tipos informados por Ponte (2005), que utiliza a divisão de Jean François Dumond para distinguir três tipos de registro de acontecimentos mediáticos: o *folhetim*, a *série* e o

grande filme. O folhetim, geralmente associado a histórias policiais ou disputas de poder, tem fim imprevisível. A série repete ocorrências previsíveis. E no grande filme, que mais nos interessa aqui, “predomina a espectacularidade e singularidade dramática do evento” (PONTE, 2005, p.127). O espetáculo feito em palavras da *Folha do Norte* do dia 29 de abril de 1969 dizia: “Feito o último balanço, conclui-se que o inimigo fora batido nos combates de rua, nesta cidade, retrocedendo, depois de encarniçadas lutas, para a DR-165, em direção à vila São José, de onde pretendiam alcançar Alter do Chão”. Esse trecho, como os demais aqui transcritos, são imagéticos e me levaram a imaginar as cenas de guerra nas ruas, com sons de tiros, bombas e aviões. Como não testemunhei esses acontecimentos, resta-me montar meu próprio “grande filme” a partir dos arquivos. Mas os leitores da época viram, ouviram e depois leram os jornais. E mesmo sabendo ser uma encenação, as notícias lhes forneceram a dose extra de fantasia, como que para perguntar: e se fosse verdade? O pensamento benjaminiano nos ensina que a “verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia” (BENJAMIN, 2020, p. 11), ou seja, temos que aproveitar esses lampejos para posicionar esses acontecimentos no presente, com suas fantasiosas tonalidades dramáticas, mas que tinham uma finalidade, faziam parte do jogo de poder dos militares.

Criar um acontecimento espetacular para virar notícia, embora a intenção dos militares fosse além disso, uma vez que as pessoas estavam nas ruas acompanhando e vendo aquela demonstração de força, se aproxima, conforme discorre Gomis (2004), do que Boorstin chamou de *pseudoeventos*. “É realmente necessário esperar que um fato favorável se produza? Não resulta natural adiantar-se e provocá-lo?”, pergunta o autor. Ele explica que o *pseudoevento* ou pseudofato “é feito para enganar, mas nem por isso deixa de ser evento, fato, e transmitido como notícia por verdadeiros atores em cenários verdadeiros” (GOMIS, 2004). A operação Mocorongo foi real, encenada como treinamento militar, e noticiada com a intenção de firmar o impacto almejado pelos que a promoveram. Para tal contaram com o apoio dos jornais, que reproduziram o discurso de heroísmo, em uma época que era no mínimo arriscado levantar a voz aos governantes ou recusar apoio. O resultado foi alcançado, diante dos textos que estão no arquivo, que indicam o sucesso da encenação e o final triunfal, com o desfile das tropas e discursos dos comandantes.

Para finalizar a reflexão sobre os meios pelos quais soubemos dessa guerra de mentira, lembramos de quem esteve entre nós e o conhecimento sobre aqueles fatos: jornalistas. Não há assinatura nas matérias, apenas a identificação em alguns, “do

correspondente”. Mas os dois jornais tinham seus editores responsáveis, por quem os textos passaram antes da publicação. Traquina (2005) destaca que sociedade espera que jornalistas cumpram suas responsabilidades no espaço público. Ao autor cita a teoria democrática, a qual argumenta que o jornalismo, entendido aqui como imprensa, deve equipar os cidadãos com ferramentas ao exercício de seus direitos e protegê-los contra eventuais abusos de poder. Traquina (2005, p. 129) cita Boyce, para quem a imprensa é o elo entre a opinião pública e as instituições governantes. Desse modo o *ethos* jornalístico tem sido divulgado até se tornar um mito poderoso, de guardião da democracia.

O que percebemos no conjunto do arquivo aqui trazido é o uso do impresso, em formato jornalístico, como uma grande propaganda favorável ao governo militar, com elogios sem disfarce, a exemplo de legenda de fotografia dos desfiles das escolas e dos militares ao final. “Os pequenos escolares desfilaram em Santarém, homenageando os briosos soldados que participaram das manobras, empolgando todo município com sua bravura e arrojo (*O Liberal*, 4 de maio de 1969). Temos, portanto, a reprodução das ideias de poder a partir de um pano de fundo teatral. Souza (2019, p. 25) chama atenção para o poder da mídia em amplificar e reproduzir mensagens de duplo sentido. Parece reproduzir o mundo tal como é, mas quer mesmo é retirar o poder de compreensão das pessoas. Mas a imprensa manipulativa, continua o autor, não tem o poder de criar o mundo. “Ela manipula preconceitos já existentes de modo a retirar deles a maior vantagem possível” (SOUZA, 2021, p. 175). A população de Santarém, pouco tempo antes, havia sido atingida por notícias ruins, com os conflitos decorrentes do afastamento do prefeito e o assassinato de seu sucessor. O futuro era incerto, quem lhes valeria? Eis que chegam os heróis, e o discurso deles está nos jornais.

Karam (2004, p. 86) afirma que os arquivos jornalísticos servem de testemunho do presente e das interpretações sobre ele, pois possuem credibilidade, tornando-os uma referência, porém, a possibilidade de manipulação informativa do jornalismo é tão grande quanto a de qualquer outra área. Nesse sentido, o conjunto de matérias jornalísticas do arquivo Balaio Santareno, sobre a operação Mocarongo, por todo o exposto, levou os leitores daquela época a uma compreensão dos fatos de modo favorável aos militares, e a nós, leitores que soubemos somente do que ali está escrito, resta refletir sobre o que se escondia por trás daquelas palavras e do desfile de armas.

Considerações finais

Neste artigo destacamos uma pequena parte do arquivo Balaio Santareno, pela qual conhecemos como se deu a operação Mocorongo, um treinamento para combater guerrilheiros na região do Tapajós, em 1969, durante a ditadura militar, do ponto de vista de matérias veiculadas em jornais impressos. A cidade de Santarém (PA) foi palco das manobras realizadas com grande aparato de tropas, aviões e navios das forças armadas, que venceram os insurgentes e ao final, no dia 1º de maio de 1969, Dia do Trabalhador, comemoram a vitória com um desfile de escolas locais e das tropas. A cidade, cujos habitantes primitivos, indígenas da região do Tapajós, tiveram seu território invadido pelos portugueses com objetivos colonizadores e de dominação, tem no episódio da encenação militar o recebimento de uma nova mensagem de poder, desta vez sob a ameaça de grupos de guerrilheiros rebeldes, com pretensões de desobediência e liberdade, o que seria intolerável para quem desejava ocupar e dominar não só o espaço, mas também as pessoas que aqui viviam.

Ao desmontar o arquivo e aqui trazê-lo, escavamos camadas de tempo, conforme ensina Benjamin (2020), onde o “outrora” encontra o “agora” no conhecimento e provoca choques, produz relâmpagos. É necessário, de acordo com a filosofia benjaminiana, juntar esses lampejos, que aqui são pedaços de memória feitos de papel-jornal, e posicioná-los no presente, movimentando-os, estabelecendo relações e identificando suas singularidades, o que nos tornará o passado legível e conhecível. Do ano da operação Mocorongo até 1985, foram os projetos do governo militar, tocados por gestores por eles nomeados, que ditaram os caminhos e os traços da cidade. Calvino (2020) ensina que “a cidade se embebe como uma esponja dessa onda de recordações que reflui e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente devia conter todo o passado de Zaíra”. Ou seja, não há como desviar os olhos de um passado que conteve colonizadores que aportaram na aldeia dos Tapajós, fincaram uma cruz e nunca mais saíram, e homens fardados que apresentam armas e exigem obediência com a pretensão de libertar a cidade de invasores imaginários.

Do ponto de vista da mensagem jornalística presente no arquivo, as notícias refletem o que desejam os protagonistas da ação: descrevem uma guerra imaginária, rechaçam os insurgentes e elogiam a bravura e coragem dos que defenderam a cidade de uma invasão. O medo do fantasma da guerrilha liderada por rebeldes do povo tanto os assombrava que foram capazes de tamanha encenação para demonstrar poder,

reafirmado nas páginas dos jornais. Não há por que julgar o posicionamento dos jornalistas ou donos dos dois jornais, uma vez que não temos conhecimento do tipo de negociação, ou troca, ou mesmo imposição, feita à época. O que temos é o que nos se apresenta aos olhos na leitura e na composição do impresso, na escolha de fotografias e das manchetes e títulos. E o que vemos é a submissão das palavras ao poder. Como jornalista, imagino que talvez um outro naquelas redações pudessem não concordar com a linha do registro. Mas nada havia a ser feito, e acabamos por saber somente um lado da história.

Como habitante da cidade e no desejo de compreender no que e como ela se tornou esse lugar onde vivo, tenho a esperança de que não nos tornemos insensíveis ao ponto de esquecer o passado e que atravessando-o, possamos nos conhecer também, viver melhor no presente e manter a preocupação no futuro. A busca da liberdade pelo colonizado deve ser constante e não se constrói sem essa escavação, sem o entendimento e conhecimento das personagens que povoaram os diversos tempos até que aqui chegássemos. E a operação Mocorongo é uma página pequena dessa história, se considerarmos que foi tudo um teatro, que em nada resultou, a não ser a geração de uma grande imagem do que seriam capazes se verdade fosse.

Aquele era o momento presente, portanto, objeto de apuração pelos jornalistas da época. Resende (2022) nos lembra que ao campo da História cabe o passado, e ao campo da Comunicação, o mundo acontecendo. Ao acessarmos o presente em 1969, tal qual foi contado pelos jornais, temos uma nova oportunidade de leitura daqueles fatos, alargando o pensamento e associando ao que aconteceu antes e depois. Desse modo podemos, ainda conforme Resende (2022), produzir contraposições ao poder hegemônico, atitude fundamental para reconhecer os conflitos de nosso tempo, e assim construir projetos decoloniais que podem seguir nos libertando das garras dos que ainda chegam por essas terras fantasiados de heróis para virar notícia de jornal.

Referências

BENJAMIN, W. **O anjo da história**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2020

CALVINO, Í. **As Cidades Invisíveis**. Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

CASTRO, E. Epistemologias caminhos da crítica sociológica latino-americana. *In: Decolonialidade e Sociologia da América Latina*. Belém: NAEA, UFPA, 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2020.

DIDI-HUBERMAN, G. **Remontagens do tempo sofrido**: o olho da história – II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. *In: PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, [S. l.], p. 206-219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FERNANDES, P. S. P.; SEIXAS, N. S. A. Comunicação & História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX. **Revista Brasileira de História da Mídia**. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3774>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GOMIS, L. Os interessados produzem e fornecem os fatos. Tradução de Camille Reis revisada por Eduardo Meditsch. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1901/1810/619>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Jornal de Santarém. **Prefeito assassinado**. Edição de 30 de novembro de 1968. Arquivo Balaio Santareno. Pasta 2, p. 68.

Jornal O Liberal. **Exército já partiu para a zona Operação Mocorongo**. Edição de 30 de abril de 1969. Arquivo Balaio Santareno. Pasta 12. p. 36.

Jornal O Liberal. **Manobras começaram com a “invasão” de Santarém**. Edição de 24 de abril de 1969. Arquivo Balaio Santareno. Pasta 12. p. 37.

Jornal Folha do Norte. **Atos assinados pelos ministros**. Edição de 11 de abril de 1969. Arquivo Balaio Santareno. Pasta 8, p. 14.

Jornal Folha do Norte. **A qualquer momento a vitória final sobre as guerrilhas**. Edição de 29 de abril de 1969. Arquivo Balaio Santareno. pasta 12, p. 38.

Jornal Folha do Norte. **Tropas legalistas derrotam os últimos guerrilheiros**. Edição de 1 de maio de 1969, arquivo Balaio Santareno, pasta 12, p. 38.

Jornal O Liberal. **Manobras terminaram com o povo aplaudindo o desfile das tropas**. Edição de 4 de maio de 1969, arquivo Balaio Santareno, pasta 12, p. 40.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. *In: COSTA, I. T. M.; GONDAR, J. (org.). Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 35-44.

HARRIS, M. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais- os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**, 58(1), 33-68. 2015 Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/102099>. Acesso em 1 fev. 2021.

KARAM, F. J. **A Ética Jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

LAGE, N. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MARGARIT, E. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163. In: **Geografia em questão**. v. 6, n. 1, p.12-31, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/44f6ijJ>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N1 Edições, 2018.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PINTO, L. F. **Memória de Santarém**. Santarém: Editora O Estado do Tapajós, 2011.

PONTE, C. **Para entender as notícias**. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

RESENDE, F. Prefácio. In: SARDINHA, A. C.; LIMA, V. M. A.; LARA, E. C.; BELMONTE, V. (org.). **Decolonialidade, comunicação e cultura**. Macapá: Unifap, 2022. pp.12-23

SEIXAS, N. S. A.; CASTRO, A. O. Imprensa e poder na Amazônia: a guerra discursiva do paraense *O Liberal* com seus adversários. **Revista Comunicação Midiática**, v. 9, n. 1, p.101-119, jan./abr. 2014). Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4790775.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2005. v. 1.

Submissão: 17 de mai. 2023

Aceite: 23 de jun. 2023.